



REVISTA MEMÓRIA LGBT

29 de janeiro, dia da Visibilidade Travesti. Invisibilidade?

Profa Andreia Lais Canelli

Início parabenizando todas as companheiras e companheiros que, em todo dia 29 de janeiro, se mobilizam em suas bases com ações afirmativas, com o objetivo de reduzir a violência e o preconceito que diariamente agride as pessoas trans. Essas pessoas lutam durante todo o ano por uma sociedade plural, justa, de respeito, paz e sem transfobia. Historicamente, a população trans brasileira vem sofrendo com os mais diversos aspectos que a violência social pode gerar ao longo de nossa história.

Luta, história, humanização, conscientização e conquistas

O Dia Nacional da Visibilidade Trans surgiu de uma campanha de prevenção para travestis, lançada em 2004, com o tema “Travesti e Respeito”, cujo objetivo é praticar, no cotidiano social, o respeito, que, para a população de travestis e transexuais, é invisível na mentalidade social brasileira. Nesse contexto, quem é invisível, conseqüentemente, não necessita de tal respeito, sendo assim alvo de estigmatização, violência, exclusão, vulnerabilidade e da não participação nas práticas sociais cotidianas. Isso ocorre porque travestis e transexuais não correspondem a um constructo social heteronormativo e patriarcal. A partir desse histórico, o dia 29 de janeiro foi instituído como data nacional, agora lembrada em todo o território brasileiro.

A sociedade brasileira reconhece a existência da população de travestis e transexuais, mas, ao longo da história recente, devido ao fundamentalismo e à predominância da ideia de que o alheio detém o poder, a razão e a palavra, as



REVISTA MEMÓRIA LGBT

peças travestis e transexuais, que constroem suas identidades de gênero de maneira autônoma e fora dos padrões pré-determinados por um coletivo dominante heteronormativo, são excluídas e marginalizadas no cotidiano social. Isso contribui para a violência que essas pessoas enfrentam diariamente.

Segundo LUZ, Nanci (2009, p. 69): A aceitação social da violência contra as pessoas travestis e transexuais é a própria negação dos direitos fundamentais de toda uma parcela populacional, contribuindo para o agravamento das injustiças sociais e afastando essas pessoas da democracia.

Recentemente, uma série de conquistas foi alcançada, como o direito ao nome social. No entanto, esse direito é simbólico, pois toda cidadã ou cidadão brasileiro/a tem direito a um nome civil, que é tão primordial quanto o direito à vida. Nesse sentido, quando a população trans brasileira não tem garantido o uso do próprio nome enquanto pessoa humana detentora de direitos e deveres, não podemos afirmar que há respeito às diferenças. Na sociedade contemporânea, a vida das pessoas travestis e transexuais é um marco de luta e enfrentamento da violência no dia a dia.

A primeira violência que podemos destacar ocorre no seio familiar, onde pai e mãe traçam destinos para seus filhos/as e, ao longo de suas trajetórias, nem sempre esses destinos são correspondidos, especialmente no caso de filhos/as trans. Inicia-se aí o primeiro O segundo, e talvez o maior trauma na vida das pessoas travestis e transexuais, encontra-se no ambiente escolar regular, onde, na quase totalidade, as pessoas trans, por não corresponderem aos constructos sociais pré-estabelecidos, acabam evadindo do processo de ensino-aprendizagem. Assim,



REVISTA MEMÓRIA LGBT

em suas trajetórias, a violência e o preconceito não se extinguem, estigmatizando cada vez mais essas pessoas.

De acordo com Löwy (1996, p. 23), a consciência entre a modificação das circunstâncias e a automodificação só pode ser entendida racionalmente como práxis revolucionária. Isso significa que não se trata de esperar milagrosamente que um indivíduo transforme circunstâncias, mas sim de um coletivo que “supostamente” se encontra fora da sociedade.

Assim, as ações do Dia da Visibilidade Trans, celebradas em todo o Brasil no dia 29 de janeiro, são legítimas, pois são idealizadas por coletivos institucionais com o objetivo comum de lutar pelo fortalecimento da cidadania da população trans do Brasil, cidadania esta que foi negada ao longo da história da nação a qual pertencemos.

Quando falamos em invisibilidade, podemos perceber que, ao longo de todas as outras épocas do ano, a população de travestis e transexuais do Brasil continua a lutar pelo reconhecimento da visibilidade e pela ocupação de espaços e práticas sociais cotidianas. Contudo, essa luta muitas vezes é barrada por um Estado fundamentalista e por uma sociedade heteronormativa e conservadora. Pessoas travestis e transexuais não possuem um “botão: tornar visível – tornar invisível”. Elas têm, por direito constitucional, o acesso a todas as oportunidades propostas pelos mais diversos segmentos sociais, sejam eles públicos, nas três esferas governamentais, ou privados. Travestis e transexuais são seres humanos e, sim, devem ter visibilidade em todos os espaços e práticas sociais, como na família, na educação, no mercado de trabalho, na saúde, na segurança, entre outros.



REVISTA MEMÓRIA LGBT

A violência invade a vida das pessoas travestis e transexuais, mas, para a mídia, é apenas um fantasma, mantido à sombra. Isso pode ser justificado pelo opressor como algo legítimo e como uma não prioridade na pauta de discussões, como se essa violência fizesse parte do processo civilizador, no qual travestis e transexuais não se enquadram.

Ao continuar a discussão sobre a violência sofrida pelas pessoas travestis e transexuais, notamos ainda que, no momento do óbito, o empoderamento do corpo e a construção da identidade de gênero dessas pessoas é deslegitimado. Muitas pessoas trans são desconstruídas e desempoderadas, sendo enterradas conforme o alheio conservador e heteronormativo determina, desrespeitando assim toda uma trajetória histórica pessoal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Programa Nacional de Direitos Humanos. Brasil, gênero e raça: todos pela igualdade de oportunidades. Brasília, Assessoria Internacional, 1998.

GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA: formação de professores/as em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais. Brasília, 2009.

ABGLT. Manual de comunicação LGBT – Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Curitiba, 2008.

LUZ, Nanci; CARVALHO, Marília; CASAGRANDE, Lindamir. Construindo a igualdade na diversidade: gênero e diversidade na escola. ORGS. ED: UTFPR. Curitiba, 2009.

BRASIL. Diversidade sexual na educação: problematizações sobre homofobia nas escolas. ORGS, Ministério da Educação. Brasília, 2009.

LÖWY, Michael. Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista. ED CORTEZ. São Paulo, 1996.



REVISTA
MEMÓRIA LGBT